



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

### O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DURANTE E PÓS-PANDEMIA: percepção docente

Renata Freire MIRANDA (COLÉGIO OBJETIVO)<sup>1</sup>

Elis Regina dos Santos VIEGAS (SEMED-UEMS)<sup>2</sup>

**RESUMO:** o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de ensino e aprendizagem no período pandêmico e pós pandemia a partir da percepção de uma professora alfabetizadora. A opção metodológica adotada ampara-se na abordagem qualitativa, direcionada pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo como campo empírico os dados coletados junto a uma professora alfabetizadora, obtida através da experiência e da vivência no entretempo observado. Buscou-se apreender nesse contexto como se dificultou a alfabetização e o ensino das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental após o período de aulas remotas, visto que muitas das crianças não acompanhavam tais aulas ou não tinham meios de acompanhar. Os resultados da investigação revelam que as “atividades não presenciais” não supriram as necessidades dos alunos, devido a maioria não conseguir atingir os objetivos propostos, bem como a limitação de acesso as tecnologias necessários as aulas – horário e suporte as aulas, internet limitada manterem-se conectados durante todo o período de aula e a falta de meios tecnológicos para as famílias de baixa renda - e a grande dificuldade que os pais/responsáveis tinham em cumprir a função de mediadores educativos, assim, retornando as aulas com muita dificuldade na aprendizagem, principalmente em leitura e escrita, sendo necessário maior empenho de atividades extras de alfabetização para casa e em sala de aula. Em relação as tecnologias, os professores também apresentaram dificuldades, como por exemplo, a falta de formação adequada para uso dos recursos digitais. Concluímos que a desigualdade já antes identificada ganha novas proporções no período pandêmico, mas só percebidas no retorno presencial.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Coronavírus/Covid-19. Aulas Remotas.

#### 1 Introdução

O interesse pelo tema surgiu não só do entendimento que se tem de que é necessário aprofundar e dialogar sobre os desafios dos processos de ensino-aprendizagem no campo da alfabetização, mas também pela reflexão sobre o momento vivenciado em decorrência da pandemia pelos alunos, famílias, professores, escolas e a sociedade em geral.

<sup>1</sup> Professora contratada pelo Colégio Objetivo, Dourados, Mato Grosso do Sul (MS). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pós-graduanda em Educação Especial pelo Grupo Educacional Faveni. E-mail: [re\\_mirandaaa@hotmail.com](mailto:re_mirandaaa@hotmail.com)

<sup>2</sup> Técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Dourados-MS e Professora contratada na UEMS. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: [elisreginaviegas@gmail.com](mailto:elisreginaviegas@gmail.com)





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

Todavia, ao refletirmos sobre o campo educacional, é possível perceber características particulares que demandam ações estratégicas de enfrentamento dos impactos ao processo de ensino e aprendizagem, especificamente, ao período destinado a alfabetização infantil. Desse modo, é sabido que a pandemia trouxe muitas dificuldades, mudanças na vida e na rotina de todos, por conseguinte o processo educativo também mudou, surgindo muitos desafios.

No que diz respeito a Rede Municipal de Ensino (REME) de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS), a alternativa adotada com o objetivo de dar continuidade as aulas e garantir a quantidade mínima de dias letivos, foi pelas aulas remotas por intermédio de recursos digitais e impressos.

Diante disso, questionamos: como a professora entrevistada avalia a aprendizagem da sua turma em relação a aplicação das Atividades Não Presenciais (APNs<sup>3</sup>)? As APNs supriram as necessidades de aprendizagens no período retomo? No retorno das aulas presenciais pós pandemia, foi aplicado algum tipo de avaliação para diagnosticar o desenvolvimento da criança em relação ao conteúdo trabalhado? Considerando o retorno das aulas presenciais, como a professora avalia a aprendizagem da sua turma? Quais estratégias a escola têm adotado para a recomposição das aprendizagens?

Assim indicado, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de ensino e aprendizagem no período pandêmico e pós pandemia a partir da percepção de uma professora alfabetizadora. Para tanto, a partir de Vianna (2007), a metodologia adotada passou pelo levantamento bibliográfico, para então seguir para a pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário (questões abertas), ambos recursos respaldados na abordagem qualitativa.

## 2 A alfabetização no Brasil: aspectos teóricos normativos

Compreendemos que a alfabetização, particularmente a que acontece no espaço escolar, é um “processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças”, que se constitui em um processo complexo que “envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do

<sup>3</sup> Embora a sigla não corresponda a nomenclatura, esta foi a denominação utilizada pela REME.



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

cidadão" (MORTATTI, 2010, p. 329).

Embora, possamos distinguir que o percurso desse processo não depende necessariamente de mediações pedagógicas oportunizadas por instituições escolares, neste estudo o termo alfabetização indica designadamente o processo sistemático pelo qual crianças brasileiras são inseridas, ao longo dos três anos iniciais do ensino fundamental, conforme expresso pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos (DCNEF) de 2010 no processo de aprendizagem da leitura e da escrita em Língua Portuguesa (VIEGAS, 2014; VIEGAS; SCAFF, 2015). Mas, sinalizado atualmente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, nos dois anos iniciais.

Tal entendimento foi sendo construído no Brasil, desde o final do século XIX, momento em que a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade, especialmente com a Proclamação da República. A escola, por seu lado, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do "esclarecimento das massas iletradas" (MORTATTI, 2000).

Sob esse ponto de vista, os processos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita na fase inicial da escolarização infantil se introduzem como um momento de passagem para um novo mundo, para o Estado e para o cidadão: o mundo público da cultura alfabetizada, que estabelece novas formas de relação dos sujeitos, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que finalmente estabelece novas formas e novos conteúdos de pensar, sentir, querer e agir. (MORTATTI, 2000)

Segundo a autora, especialmente a partir do final do século XX, as evidências que originalmente sustentam a relação entre escola e alfabetismo têm sido questionadas, devido às dificuldades de realizar as promessas e os efeitos esperados das ações da escola sobre os cidadãos. É uma repetição dessas dificuldades, ora descritas como problemas advindos da pedagogia ora alunos, ora professores, ora sistemas escolares, ora condições sociais, ora políticas públicas.

Por quase um século esses empenhos se concentraram sistemática e





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

formalmente na questão dos métodos de ensino da leitura e da escrita e houve muita controvérsia entre aqueles que se notavam como portadores de um novo e revolucionário método de alfabetização e aqueles que progrediam a defendê-los (MORTATTI, 2000).

Já passados mais de cem anos da implantação, em nosso país, do modelo republicano de escola, podemos constatar que, desde então, o que hoje se denomina “fracasso escolar” (MORTATTI, 2000) na alfabetização se consolidou como um problema estratégico que requer urgentemente a mobilização gestores públicos, legisladores, especialistas de diversas áreas do conhecimento, professores, pais e estudantes.

### 3 Cenário pandêmico: impactos ao processo de alfabetização infantil

Após quase dois anos de fechamento de todas as escolas, de 2020 a meados de 2021, com a volta na sua totalidade no ano de 2022, é possível observar o impacto e a dificuldade que isso trouxe para o processo educacional formal. Conforme dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), mais de 5 milhões de alunos ficaram fora das salas de aulas, com uma probabilidade de prejuízos ao processo educacional de aproximadamente duas décadas (ALMEIDA; TAMÍRIS, 2022).

As crianças entre os 6 e os 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar. Em 2019, antes que o mundo parasse por causa do coronavírus, cerca de 1,4 milhão de crianças entre 6 e 7 anos no Brasil não sabiam ler nem escrever. Em 2021, esse número aumentou para 2,4 milhões. Com acréscimo de 66,3 % em apenas dois anos (ALMEIDA; TAMÍRIS, 2022).

O efeito é ainda maior entre as crianças pretas e pardas, ampliando ainda mais as desigualdades no Brasil, no total, 47,4 % das crianças pretas não sabem ler nem escrever. Além disso, o percentual de crianças mais pobres que não sabem ler nem escrever aumentou de 33,6% para 51 % entre 2019 e 2021. Entre as crianças pertencentes a família de nível socioeconômico mais favorável, o aumento foi mais sutil, de 11,4 % para 16,6 %. Antes da pandemia, o acesso ao ensino fundamental alcançou níveis de universalização, próximo dos 98% (ALMEIDA; TAMÍRIS, 2022).

No processo de disseminação internacional da pandemia COVID-19, os países afetados implementaram gradativamente diferentes estratégias de isolamento





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

social, incluindo o fechamento de unidades escolares. Fator que levou as redes de ensino a repensarem o formato de educativo. Na busca por métodos alternativos, recorreu-se em geral ao uso remoto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), tornando-se o principal caminho estratégico de ensino (SENHORAS, 2020). Diante disso, as tecnologias se tornaram a principal aliada tanto dos educadores como dos alunos em meio ao contexto pandêmico.

No que se refere à agenda específica da Educação, a manifestação mais sensível do impacto do coronavírus no Brasil é a implantação em larga escala do que se convencionou chamar de Educação a Distância (EaD) sob a pressão encontrada em todos os entes federativos e nas diversas etapas da educação básica e superior. No entanto, isso deve ser interpretado como um estágio posterior do processo, que se originou antes do surgimento do COVID-19 e, como resultado, desdobramentos após a propagação mais longa da pandemia (DE FRANÇA FILHO; ANTUNES; COUTO, 2020).

Para Martins e Almeida (2020) é importante abordar então, a desigualdade social no Brasil, principalmente no que se refere à obtenção (ou não) de contato, em que se considerou a escolha por atividades de ensino não presenciais para solucionar cargas de trabalho problemáticas e inadequadas. Embora, como aponta os autores, tal escolha ignora o princípio da igualdade de condições de frequência escolar e de estudo permanente previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988.

Contudo, diante da situação colocada de calamidade pública, assumiu-se em regime de exceção práticas remotas de ensino como caminho de continuidade ao processo de alfabetização. Todavia, autores como Galindo, Parente e Diógenes (2020), avaliam aspectos problemáticos em relação ao formato remoto de aulas, a saber: distância, falta de conexões mais diretas, onde os alunos podem fazer escrita espontânea e os professores podem focar no momento. Outro entrave é que alguns alunos se recusam a participar das atividades por diversos fatores: como não conseguir acompanhar as aulas remotas, sentir dificuldades nos conteúdos ensinados através de uma tela, entre outros. Com isso não retornam às atividades embora os professores tenham mantido contato.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) citada por De Queiroz, De Souza e De Paula (2021), o declínio





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

natural da aprendizagem pode continuar por mais de uma década sem políticas públicas que invistam em melhorias. Para os autores, é urgente e necessário pensar em políticas que representem um planejamento estratégico para a recuperação do aprendizado.

Para Galindo, Parente e Diógenes (2020), na sociedade contemporânea a leitura e a escrita são essenciais para a integração social, política, econômica, cultural. Portanto, para alcançar uma compreensão de leitura robusta, diferentes estratégias são necessárias, e essas estratégias devem começar desde a fase inicial de aprendizagem da língua escrita. Nesse sentido, as escolas precisam reavaliar sua posição como instituições responsáveis pelo ensino e pela aprendizagem, considerando a relação entre alfabetização/educação individual; educadores em desenvolvimento humano e o uso da exploração crítica da leitura, escrita e variação linguística.

### 4 Percepção docente sobre o processo alfabetizador: desafios pós pandemia

Para a realização dessa etapa de pesquisa foi necessária à coleta de dados por meio de uma pesquisa de campo - aplicação de um questionário (perguntas abertas) com uma professora sobre os desafios a alfabetização pós-pandemia - na junto a uma escola da REME, que atende tanto no período vespertino como no período matutino.

É importante ressaltar que a hipótese levantada por meio desse processo de pesquisa era a de que uma vez que durante a pandemia muitas crianças ficaram sem ir à escola e, ainda que com as aulas remotas, muitas não tinham meios de acompanhar tais aulas em casa, tendo assim seus estudos interrompidos nesse período e, conseqüentemente dificultando ainda mais a alfabetização delas quando voltaram as aulas presenciais.

Por meio desse processo as perguntas que foram realizadas e seus resultados seguem abaixo.

Inicialmente, buscamos levantar informações gerais sobre a professora entrevistada, a saber: idade, entre 41-50 anos, fato que mostra questão da experiência da educadora em sala de aula. Sobre isso, Dos Santos (2015), destaca que os professores estão entre a classe trabalhadora mais antiga. Esta ocupação, que outrora gozava de regime especial de aposentadoria, não pode mais usufruí-lo,





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

passando a aposentar-se aos 66 anos, de acordo com as exigências do regime geral da função pública. Os educadores de infância fazem parte deste grupo profissional e, à medida que a idade da reforma aumenta, envelhecem juntamente com os outros, e a tendência de envelhecimento destes profissionais irá intensificar-se nos próximos anos. No entretempo de 2013-2014, os professores com mais de 50 anos representavam 37,7% do total de docentes em todo o país.

No caso do gênero, mencionamos que em geral no processo alfabetizador, as profissionais são do sexo feminino. Louro (1997) afirma que, o processo de "feminização do ensino" também pode ser entendido como resultado de uma maior intervenção e controle do Estado sobre o ensino - a determinação de conteúdos e níveis educacionais, requisitos para credenciais de professores, horários, livros e salários - ou como um novo agente docente começa a sofrer um processo paralelo de perda de autonomia. No entanto, é importante evitar aqui interpretações causais diretas e singulares que nos levem a pensar que essa perda de autonomia se deveu simplesmente ao ingresso da mulher na profissão docente; talvez seja mais adequado entender que articulado para esse fim uma variedade de fatores.

Em meio ao questionamento sobre qual seria a sua formação a educadora respondeu que se trata do curso de Pedagogia, concluído no ano de 2013. O curso de Pedagogia como apontado por Cruz e Arosa (2014), é um curso de graduação desafiado pela responsabilidade política de formar professores, incluindo cargos de gestão educacional nessa relação. Portanto, o debate sobre pedagogia e currículo continua sendo um tema importante no atual contexto educacional brasileiro.

Em se tratando das especializações que a educadora possui, a mesma apontou ser as seguintes: Educação Especial, Autismo, Psicopedagogia, concluídas entre os anos de 2016 à 2019. Em relação a continuidade dos estudos, Duarte (2006), fala da importância de permanecer estudando, mas, é necessário que os intelectuais formados nos programas de pós-graduação adotem e desenvolvam uma teoria educacional que defina o trabalho de educadores e pesquisadores como o de elevar o nível de alfabetização da população em geral. Os conhecimentos que o intelectual adquire na sua formação, e que pretende contribuir para o seu desenvolvimento através da sua atividade de investigação, devem estar internamente ligados a uma crítica ao processo social de apropriação privada do conhecimento. Nessa direção, a formação de intelectuais críticos é inseparável do





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

auxílio da teoria crítica. Não existe pensamento crítico abstrato que seja conteúdo vazio.

Sobre a questão do “tempo de atuação como professora”, a resposta foi “nove anos”. Quanto a experiência, afirma Larrosa (2011), supõe primeiro um evento, ou seja, a passagem de algo que não sou eu. E “não meu” também significa algo que não depende de mim, não é minha própria projeção, nem minhas palavras, nem meus pensamentos, nem minha aparência, não o resultado de meus sentimentos, não meus sentimentos, não meus planos, não minhas intenções, não meu conhecimento, nem minha força, nem minha vontade.

De forma complementar, questionamos há quanto tempo atua como alfabetizadora, a saber: “sou professora de 3º ano do Ensino Fundamental, e devido a essa pandemia me vi obrigada a alfabetizar, pois a grande maioria dos alunos voltaram com muitas dificuldades. Essa alfabetização ocorre a dois anos” (PROFA ENTREVISTADA, 2022).

A respeito de ser concursada ou contratada, a educadora afirmou: “sou concursada a dois anos, mas já trabalhei a sete anos em contrato” (PROFA ENTREVISTADA, 2022). Na atualidade, a Professora leciona quarenta horas com duas turmas de 3º ano.

Agora, já abordando as questões referentes aos objetivos definidos nesta pesquisa, foi perguntado como a professora avaliou a aprendizagem da sua turma em relação a aplicação das APNs? Se avalia que as APNs supriram as necessidades de aprendizagens no período retomo? E, por quê? A professora afirmou: “Na minha opinião as APNs não supriram as necessidades dos alunos, pois a maioria não conseguiu evoluir e muitos pais tiveram dificuldades em ensinar” (PROFA ENTREVISTADA, 2022). Como apontado por Castro e De Queiroz (2020, p. 5), as atividades não presenciais foram adotadas “apenas como uma alternativa pedagógica para evitar retrocessos no processo de aprendizagem dos estudantes e a perda dos vínculos com a escola que podem convergir como fatores de evasão e abandono”

Outra pergunta realizada foi sobre o retorno das aulas presenciais, se foi aplicado algum tipo de avaliação para diagnosticar o desenvolvimento da criança em relação ao conteúdo trabalho no período pandêmico? Quais foram instrumentos avaliativos adotados? Sobre isso a professora respondeu: “Foi aplicada uma



## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

avaliação diagnóstica com os conteúdos referentes às APNs vistas em pandemia” (PROFA ENTREVISTADA, 2022).

Para Gatti (2020), em relação as condições e dinâmica escolar de retorno ao ensino presencial, não há solução mágica, nem solução definitiva, nem sequer uma única solução possível para este problema, dadas as origens e diferenças sociais do país e as desigualdades na oferta educativa e nas diversas possibilidades de condições de aprendizagem neste período adolescentes. Acima de tudo, deve-se lembrar que a fase de alfabetização, entre outras, é uma das mais afetadas pela falta de orientação adequada.

Ainda no que diz respeito ao retorno das aulas pós pandemia, perguntamos como a professora avaliou a aprendizagem da sua turma? Se houve avanços? Ou, dificuldades? Segundo a Professora: “Eles retornaram com muitas dificuldades, principalmente em leitura e escrita. Mas com atividades extras de alfabetização para casa e em sala de aula, conseguiram avançar, por exemplo, pequenos textos para leitura, construção de palavras com alfabeto móvel, tudo com processo de repetição” (PROFA ENTREVISTADA, 2022). Da Silva Gabriel et al. (2021, p. 12), afirma “ao retornarmos às aulas presencias, uma reflexão deve considerar o trabalho docente quanto às estratégias a serem adotadas, e buscar uma nova compreensão quanto aos propósitos, estrutura dos objetos de aprendizagem etc. de forma crítica”.

Ao final da entrevista, foi questionado a educadora quais estratégias a escola e, no caso em específico da professora, foram e estão sendo adotadas para a recomposição das aprendizagens. A educadora afirmou: “faço leitura de pequenos textos, construção de palavras com alfabeto móvel, leitura diária do alfabeto ilustrado e banner da família silábica, além de atividades extras para casa. Esse processo foi diário, e hoje já podemos ver grandes avanços” (PROFA ENTREVISTADA, 2022).

Desse contexto, Goi (2021), pondera sobre a dedicação docente para o sucesso das aprendizagens. Pois, em alguns casos, a presença e o envolvimento do professor tornam-se mais importantes para a vida e o desempenho do aluno porque estão intimamente relacionados às percepções e relações que alunos e professores mantêm no ambiente escolar.

### Considerações finais





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

A pandemia trouxe diversos problemas de ordem social, biológica e econômica, entretanto, o que podemos observar em meio a essas questões foram as mudanças na educação formal, que foi afetada desde o início da pandemia em meio ao processo de adaptação e readaptação durante e após o retorno das aulas, diante desse contexto os alunos no processo de alfabetização foram os mais afetados em meio a essas mudanças necessárias e recorrentes.

Os efeitos das adaptações que ocorreram durante a pandemia levaram os alunos a estudarem em casa com o apoio de seus responsáveis e a utilização da tecnologia, entretanto, não foram todos que tiveram as oportunidades que os demais de conseguirem acompanhar os estudos com a tecnologia enquanto aliada ou mesmo com o apoio de seus responsáveis.

Tais impactos foram visualizados com maior ênfase neste momento de retorno as aulas e como forma de compreendermos melhor como se deu esse processo temos o olhar da educadora entrevistada que trouxe apontamentos sobre o quanto as dificuldades na alfabetização de seus alunos se mostraram evidentes nesse momento de retorno as salas de aula, da mesma forma que a educadora apresenta o que é necessário para esse momento de retorno.

Sobre as respostas da professora, é possível observar que o processo de avaliar o desempenho dos alunos mediante aos acontecimentos dos anos posteriores foi algo necessário de ser feito, pois por meio destes resultados é que será possível classificar os alunos de acordo com suas dificuldades e pensar em metodologias de ensino que sejam viáveis a seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

Compreendemos então que, por meio de metodologias adequadas e se adaptando à nova realidade trazida de casa pelos alunos o educador deve procurar maneiras de auxiliar os acadêmicos de acordo com suas demandas, como apontado pela educadora formas mais práticas de ensino são as que se mostram viáveis neste momento, as quais são utilizadas a ludicidade e materiais que saiam da simples memorização do conteúdo.

Inferimos que nem todas as crianças tinham meios de acesso para essas aulas e muito das que tinham, não acompanhavam e conseqüentemente atrasava o seu ensino e educação. Com essas novas práticas pedagógicas remotas, surgiram dificuldades para professores, estudantes e familiares, como por exemplo, a falta de





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

formação tecnológica adequada para professores da educação básica, as dificuldades na hora de acessar as aulas, a falta de acesso à internet de boa qualidade para manterem-se conectados durante todo o período de aula e a falta de meios de tecnologias para aqueles com baixa renda.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica e Conselho Nacional de Educação. Brasília: SEB/CNE, 2017.

MORTATTI, M. do R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Rev. Bras. de Educação**, v.15, n.44, p.329-410, maio/ago. 2010.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação**. Brasília: Líber, 2007.

VIEGAS, E. R. dos S. **Políticas de formação continuada de professores alfabetizadores no Município de Dourados-MS**. 2014. 276f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

VIEGAS, E. R. dos S.; SCAFF, E. A. da S. Políticas para a alfabetização no Brasil: do ensino Fundamental de nove anos ao pacto pela alfabetização até os oito anos de idade. **Horizontes**, Dourados, v.3, n.6, p.6-18, jul./dez. 2015.

CASTRO, E. A.; DE QUEIROZ, E. R. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v.2, n.3, p.3-17, 2020.

CRUZ, G.; AROSA, A. A formação do pedagogo docente no curso de pedagogia. **Rev. Educação e Cultura Contemporânea**, v.11, n.26, p.30-68, 2014.

DA SILVA GABRIEL, N. et al. O retorno às aulas no pós-pandemia: estudo de caso e análise comparativa entre o ensino público e o ensino privado. **Terra e Didática**, v.17, 2021.

DE FRANÇA FILHO, A. L.; DA FRANÇA ANTUNES, C.; COUTO, M. A. C. Alguns apontamentos para uma crítica da EaD na educação brasileira em tempos de pandemia. **Rev. Tamoios**, v.16, n.1, 2020.

DE QUEIROZ, M.; DE SOUSA, F. G. A.; DE PAULA, G. Q. Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização. **Ensino em Perspectivas**, v.2, n.4, p.1-9, 2021.

DOS SANTOS, S. C. A. A. **Envelhecer na atividade dos educadores de infância:**





## VI SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA "Escola e Universidade em tempos de reconstrução"

os prós e contra de permanecer a trabalhar. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto, 2015.

DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. **Rev. Perspectiva**, v.24, n.1, p.89-110, 2006.

GALINDO, A. F. L.; PARENTE, R. T. X.; DIÓGENES, L. A. S. Os efeitos da pandemia no processo da alfabetização das crianças. **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**, n.14, p.267-281, 2020.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v.34, p.29-41, 2020.

GOI, L. M. A adaptação das crianças em fase de alfabetização no pós-covid: reflexões de uma professora de escola pública. **Rev. Amor Mundi**, v.2, n.8, p.35-40, 2021.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Reflexão e Ação**, v.19, n.2, p.04-27, 2011.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. **História das mulheres no Brasil**, v.2, p.443-481, 1997.

MARTINS, V.; ALMEIDA, J. Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: saberes e fazeres escolares em exposição nas redes. **Rev. Docência e Cibercultura**, v.4, n.2, p.215-224, 2020.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura**, v.2, n.5, p.128-136, 2020.